

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO
DE LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 2025, DO SENHOR LUIZ GASTÃO,
QUE "REGULA OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE REMUNERADO PRIVADO
INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS E DE COLETA E ENTREGA DE BENS
PRESTADOS PELAS EMPRESAS OPERADORAS DE PLATAFORMA
DIGITAL**

REQUERIMENTO Nº

Requer a realização de Audiência Pública para debater o PLP 152/2025, que regulamenta os serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros e de coleta e entrega de bens prestados por empresas operadoras de plataformas digitais.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada reunião de Audiência Pública para debater o PLP 152/2025, que regulamenta os serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros e de coleta e entrega de bens prestados por empresas operadoras de plataformas digitais. Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:

Convidados:

- Claudia Márcia de Carvalho Soares, Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados do Trabalho – ABMT;
- Representante do Ministério Público do Trabalho;
- Representante dos Motoristas de Aplicativos.

JUSTIFICAÇÃO

A realização desta audiência pública se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre o Projeto de Lei Complementar nº 152/2025, que regulamenta os serviços



de transporte remunerado privado individual de passageiros e de coleta e entrega de bens por empresas operadoras de plataformas digitais. Motoristas e entregadores vinculados a essas plataformas já fazem parte da rotina de milhões de brasileiros, seja como fonte de renda ou como meio de acesso a serviços essenciais.

O setor enfrenta diversos desafios que exigem diálogo. Os trabalhadores buscam garantias mínimas de proteção social, remuneração justa e condições dignas de trabalho, enquanto as plataformas defendem a manutenção da flexibilidade e da inovação tecnológica que caracterizam esse modelo. Ao mesmo tempo, é fundamental garantir aos usuários a qualidade e a segurança dos serviços prestados.

Portanto, trata-se de um debate essencial entre parlamentares, trabalhadores, empresas e especialistas para a construção de um marco regulatório que proteja os direitos dos envolvidos, assegure a segurança jurídica, promova a inovação no setor e leve em consideração as contribuições da Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 152/2025.

Ante o exposto, solicito o apoio dos ilustres deputados e deputadas para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, setembro de 2025

Deputado REIMONT

PT/RJ

